

Notas explicativas às demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Em milhares de Reais, exceto quando mencionado de outra forma

1 Contexto operacional

A B2W Companhia Digital ("B2W" ou "Companhia"), com sede localizada na Rua Sacadura Cabral nº 102, no município e Estado do Rio de Janeiro, resultante da fusão entre a Americanas.com S.A. - Comércio Eletrônico (Americanas.com) e a Submarino S.A., tendo suas ações negociadas na BM&FBOVESPA - Bolsa de Valores de Mercadorias e Futuros, sob o código BTOW3. A B2W é controlada pela Lojas Americanas S.A. ("LASA" ou "Controladora"), companhia de capital aberto com ações negociadas na BM&FBOVESPA sob os códigos LAME3 - ON e LAME4 - PN.

A Companhia e suas controladas (conjuntamente, "o Grupo") atuam nas seguintes frentes: e-commerce por meio das marcas Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato; administração e promoção de cartão de crédito; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; e Marketplace.

A B2W oferece serviços de tecnologia, por meio da BIT Services, resultado da construção de uma plataforma de tecnologia disruptiva, robusta e inovadora para suportar o crescimento da Companhia. Na vertical de logística, a B2W oferece serviços de armazenagem, distribuição e atendimento ao cliente a seus parceiros por meio da B2W Fulfillment (BFF). Por fim, os serviços de crédito ao consumidor são mais uma plataforma importante para a B2W Digital, e a Companhia oferece cartões próprios para as suas quatro marcas, Americanas.com, Submarino, Shoptime e Sou Barato.

A emissão dessas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foi autorizada pela diretoria em 06 de março de 2018.

2 Principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo disposição em contrário.

2.1 Base de preparação

A preparação das demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações contábeis consolidadas, estão divulgadas na nota 3.

(a) Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) para

demonstrações individuais e consolidadas e as normas internacionais de relatório financeiro (International Financial Reporting Standards (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB)) para as demonstrações consolidadas e, evidenciam somente as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

(b) Demonstração do valor Adicionado (DVA)

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis.

(c) Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. O Grupo não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações contábeis. O Grupo não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

Espera-se que as seguintes normas tenham impacto nas demonstrações contábeis do Grupo no período de adoção inicial.

CPC 48 / IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A norma entra em vigor a partir de 01 de janeiro de 2018 e tem como principais características a classificação e mensuração dos ativos financeiros e passivos financeiros além da redução ao valor recuperável dos ativos financeiros, passando a adotar o modelo prospectivo de perdas esperadas em substituição ao modelo adotado na norma anterior de perdas incorridas e a contabilidade de hedge (hedge accounting). Essa Norma substitui o CPC 38/IAS39.

Apresentamos abaixo os efeitos a partir da adoção da nova norma em comparação com as práticas mantidas até 31 de dezembro de 2017:

i) Ativos financeiros - Classificação e mensuração:

O CPC 48 / IFRS 9 contém uma nova abordagem de classificação e mensuração de ativos financeiros que reflete o modelo de negócios em que os ativos são administrados e suas características de fluxo de caixa.

O CPC 48 / IFRS 9 contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR). A norma elimina as categorias existentes na IAS 39 de mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e disponíveis para venda.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, os derivativos embutidos em contratos onde o hospedeiro é um ativo financeiro no escopo da norma nunca são separados. Em vez disso, o instrumento financeiro híbrido como um todo é avaliado para sua classificação.

O Grupo está em fase final de validação dos impactos quanto à classificação e mensuração dos seus ativos financeiros.

ii) Redução ao valor recuperável (Impairment) – Ativos financeiros e ativos contratuais

A IFRS 9 substitui o modelo de "perdas incorridas" do CPC 38 (IAS 39) por um modelo prospectivo de "perdas de crédito esperadas". Isso exigirá um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito, que serão determinadas com base em probabilidades ponderadas.

O novo modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

De acordo com o CPC 48 / IFRS 9, as provisões para perdas esperadas serão mensuradas em uma das seguintes bases:

Perdas de crédito esperadas para 12 meses, ou seja, perdas de crédito que resultam de possíveis eventos de inadimplência dentro de 12 meses após a data base; e Perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro.

Estabelece a nova norma que a Companhia realize uma avaliação, por um exercício social ou pelo prazo total de vigência dos ativos financeiros individualizados, e apure os efeitos de prováveis de perdas esperadas desses ativos financeiros. O Grupo realizou estudos preliminares e aplicará a abordagem simplificada que registrará as perdas esperadas pelo prazo total de vigência dos ativos financeiros individualizados.

Os principais ativos financeiros a serem avaliados, são as aplicações em títulos e valores mobiliários, contas a receber de clientes, representado basicamente por operações com as operadoras de cartões de crédito e os acordos comerciais firmados com os principais fornecedores de mercadorias da Companhia.

O Grupo está em fase final de validação dos impactos nos saldos das operações existentes.

iii) Contabilidade de Hedge Accounting:

Na aplicação inicial do CPC 48 / IFRS 9, o Grupo pode escolher como política contábil continuar aplicando os requerimentos para a contabilidade de hedge do CPC 38 / IAS 39 em vez dos novos requerimentos do CPC 48 / IFRS 9.

O CPC 48 / IFRS 9 exige que o Grupo assegure que as relações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gestão de risco da Companhia e aplique uma abordagem mais qualitativa e prospectiva para avaliar a efetividade do hedge. O CPC 48 / IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge. De acordo com o novo modelo, é possível que mais estratégias de gestão de risco, particularmente as de um hedge de um componente de risco (diferente do risco de moeda estrangeira) de um item não-financeiro, possam qualificar-se para a contabilidade de hedge.

As operações de hedge accounting do Grupo têm como objetivo precípua a eliminação ou redução da volatilidade nos resultados ou no patrimônio líquido decorrente de operações de hedge.

O Grupo avaliou o modelo de contabilidade de hedge accounting em função das novas exigências estabelecidas na norma e concluiu que estas não terão impactos significativos nas demonstrações contábeis da Companhia.

CPC 47 / IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

O CPC 47/ IFRS 15 introduz uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida, e por quanto a receita é mensurada. O CPC 47/ IFRS 15 substitui as atuais normas para o reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18) Receitas, o CPC 17 (IAS 11) Contratos de Construção e o CPC 30 Interpretação A (IFRIC 13) Programas de Fidelidade com o Cliente.

O Grupo planeja adotar o CPC 47 / IFRS 15 usando o método de efeito cumulativo, com aplicação inicial da norma na data inicial (ou seja, 1º de janeiro de 2018). Como resultado, a Companhia não aplicará os requerimentos do CPC 47 / IFRS 15 ao período comparativo apresentado.

O Grupo utilizará, a princípio, os expedientes práticos para contratos concluídos. Isso significa que os contratos concluídos que começaram e terminaram no mesmo período de apresentação comparativo, bem como os contratos que são contratos concluídos no início do período mais antigo apresentado, não serão reapresentados.

Dentre as novas exigências estabelecidas na norma que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, destacam-se as etapas de contabilização das receitas decorrentes dos contratos firmados com os clientes. Com isso, a receita deverá ser reconhecida somente pelo valor que a Companhia espera ter direito na transação e no momento em que acontecer a transferência do controle dos bens e serviços aos clientes.

O Grupo realizou estudos preliminares pautados nas operações realizadas no exercício social de 2017. Neste estudo a Companhia identificou que impactos irão ocorrer nas operações *intercompany* e descontos condicionais. Os principais impactos preliminares estão descritos abaixo:

Operação	Tratamento Atual	Tratamento CPC 47 / IFRS 15	Impactos
Operações intercompany <i>(somente nas demonstrações contábeis individuais)</i>	Registro da receita de venda, dos impostos incidentes e do custo das vendas.	Registro da comissão sobre a venda e impostos incidentes.	A Companhia está em fase final de validação no saldo que será reclassificado.
Descontos condicionais	Registro do desconto condicional concedido como despesa financeira.	Registro do desconto condicional concedido como dedução da receita bruta.	Reclassificação dos descontos condicionais concedidos de R\$ 265.974 para dedução da receita bruta.

No caso de garantias estendidas, a Companhia figura como uma agente na venda das apólices de seguros reconhecendo a comissão na Receita de Vendas de Serviços. Não há impacto relacionado a essa transação.

CPC 06 (R2) / IFRS 16 - Operações de Arrendamento Mercantil

A IFRS 16 substitui as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06 (IAS 17) Operações de Arrendamento Mercantil e o ICPC 03 (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações contábeis de acordo com as IFRS's e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma que entrará em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019, com efeito retrospectivo, estabelece que os arrendatários passem a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais e, excluindo-se, por opção da Companhia, os contratos de pequeno valor ou com prazo inferior ou igual há doze meses.

A Companhia está avaliando o impacto da aplicação da norma sobre as demonstrações contábeis. Estudos preliminares indicam que impactos relevantes irão ocorrer nas contas de resultado nas linhas de despesas com vendas, despesas financeiras e depreciação e amortização. Quanto às contas patrimoniais os impactos ocorrerão nas contas do ativo imobilizado e nos passivos de financiamento. A alteração exigida pela norma poderá ocasionar efeito temporal sobre o resultado do exercício.

2.2 Consolidação

As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações contábeis consolidadas:

(a) Controladas

Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle.

Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos para a aquisição de controladas em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação de não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora é determinada em cada aquisição realizada. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos.

Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados a menos que a operação forneça evidências de uma perda (impairment) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas, quando necessário, para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo.

Nas demonstrações contábeis da Controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial (nota 14).

(b) Perda de controle em controladas

Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado.

2.3 Apresentação de informações por segmentos

As atividades da Companhia estão concentradas na comercialização de produtos e prestação de serviços por diversos meios de comercialização não presenciais, em especial a Internet. Apesar da diversidade de produtos vendidos e serviços prestados pela Companhia (e-commerce; plataformas de serviços de crédito ao consumidor; plataforma de tecnologia; plataforma de logística, distribuição e atendimento ao cliente; e Marketplace), tais atividades não são controladas e gerenciadas pela Administração como segmentos operacionais independentes, sendo os seus resultados acompanhados, monitorados e avaliados de forma integrada. Desta forma, a Administração entende que a Companhia está organizada, basicamente, em uma única unidade de negócio. A Companhia atua também na área de produtos financeiros, por meio da controlada Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda. e da Digital Finance Promotora de Crédito Ltda., que, por não atingirem os parâmetros quantitativos e qualitativos mínimos, não estão sendo apresentadas como um segmento operacional distinto.

2.4 Conversão de moeda estrangeira

(a) Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

(b) Transações e saldos

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio na data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos nas demonstrações de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira, quando aplicável, são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas de transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

A diferença de moeda estrangeira gerada na conversão das demonstrações contábeis da controlada cuja moeda funcional não seja o real (“R\$”) para moeda de apresentação real (“R\$”) são reconhecidas em outros resultados abrangentes e acumuladas em ajustes de avaliação patrimonial no patrimônio líquido.

2.5 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com intenção e possibilidade de serem resgatados em curto prazo, e com risco insignificante de mudança de valor.

2.6 Ativos e passivos financeiros

2.6.1 Classificação

O Grupo classifica seus ativos e passivos financeiros no reconhecimento inicial, sob as seguintes categorias: (a) mensurados ao valor justo por meio do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos.

(a) Mensurados ao valor justo por meio do resultado

Os ativos e passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação. Um ativo ou passivo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos ou passivos circulantes.

Os derivativos também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

(b) Empréstimos e recebíveis

Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos, com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São apresentados como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" (recursos em caixa e bancos) e "Contas a receber de clientes e demais contas a receber" (notas 2.5 e 2.8).

(c) Disponíveis para venda

Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos circulantes, a menos que a administração pretenda manter o investimento por um período superior a 12 meses a partir da data do balanço.

2.6.2 Reconhecimento e mensuração

Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros.

Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas financeiras" no período em que ocorrem.

As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio líquido.

Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio líquido, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras".

Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas.

Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade.

2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. O direito legal não deve ser contingente em eventos futuros e deve ser aplicável no curso normal dos negócios e no caso de inadimplência, insolvência ou falência da empresa ou da contraparte.

2.6.4 Impairment de ativos financeiros

(a) Ativos mensurados ao custo amortizado

O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e as perdas por *impairment* são incorridas somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável.

Os critérios que o Grupo adota para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem:

- (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor;
- (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal;
- (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, estende ao tomador uma concessão que um credor normalmente não consideraria;
- (iv) torna-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira;
- (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou
- (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo:
 - mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira;
 - condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira.

O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se um empréstimo ou investimento mantido até o vencimento tiver uma taxa de juros variável, a taxa de desconto para medir uma perda por *impairment* é a atual taxa efetiva de juros determinada de acordo com o contrato. Como um expediente prático, o Grupo pode mensurar o *impairment* com base no valor justo de um instrumento utilizando um preço de mercado observável.

2.7 Instrumentos financeiros derivativos - atividades de *hedge*

Os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são subsequentemente mensurados ao seu valor justo. Para maiores detalhes, vide nota 4.3.

A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos financeiros derivativos com o propósito de atender as suas necessidades no gerenciamento de riscos de mercado, decorrentes do descasamento entre moedas e indexadores. As operações com instrumentos derivativos são realizadas de acordo com políticas previamente aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia. No reconhecimento inicial de uma relação de *hedge*, a Companhia classifica formalmente e documenta a relação de *hedge* à qual a Companhia deseja aplicar contabilidade de *hedge*, bem como o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração para levar a efeito o *hedge*.

A documentação inclui a identificação do instrumento de *hedge*, o item ou transação objeto de *hedge*, a natureza do risco objeto de *hedge*, a natureza dos riscos excluídos da relação de *hedge*, a demonstração prospectiva da eficácia da relação de *hedge* e a forma como a Companhia irá avaliar a eficácia do instrumento de *hedge* para fins de compensar a exposição a mudanças no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*.

Neste cenário, a Companhia captou empréstimos denominados em moeda estrangeira acrescidos de juros para os quais foram contratadas operações de "swap", com o objetivo de proteção contra risco nas mudanças das taxas de câmbio, substituindo os juros contratados e a variação cambial da moeda estrangeira pela variação do CDI acrescido de taxa pré-fixada. Para fins de contabilidade de cobertura (*hedge accounting*), estes instrumentos são classificados como *hedge* de valor justo e são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato de derivativo é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo, tanto do derivativo de *hedging* (swap), quanto do objeto de *hedge* (empréstimos), durante o exercício são lançados diretamente na demonstração de resultado, como resultado financeiro.

2.8 Contas a receber de clientes

As contas a receber junto as administradoras de cartões de crédito estão apresentadas líquidas do ajuste a valor presente, calculado sobre a parcela das vendas e da provisão para crédito de liquidação duvidosa. São registradas também nessa rubrica as vendas efetuadas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais, destacadas na nota 9, como "Demais contas a receber".

As contas a receber de clientes são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso da taxa efetiva de juros menos a provisão para créditos de liquidação duvidosa ("PCLD" ou "*Impairment*").

2.9 Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de aquisição ou ao valor líquido de realização, dos dois o menor. O custo médio de aquisição é ajustado pelo efeito do ajuste a valor presente de fornecedores (compras a prazo) e das bonificações recebidas de fornecedores, quando aplicável. O valor líquido de realização é o preço de venda estimado no curso normal dos negócios, menos os custos estimados de conclusão e os custos estimados necessários para efetuar a venda.

2.10 Ativos intangíveis

(a) Ágio

O ágio resulta da aquisição de controladas e representa o excesso da contraprestação transferida, do valor da participação de não controladores na adquirida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo dos ativos líquidos identificáveis adquiridos. Caso o total da contraprestação transferida, a participação dos não controladores reconhecida e a participação mantida anteriormente medida pelo valor justo seja menor do que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, no caso de uma compra vantajosa, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado. Nas demonstrações contábeis consolidadas, o ágio de aquisição e controladas é registrado como “ativo intangível”.

(b) Marcas registradas e licenças

As marcas registradas e as licenças adquiridas separadamente são demonstradas, inicialmente, pelo custo histórico. As marcas registradas e as licenças adquiridas em uma combinação de negócios são reconhecidas pelo valor justo na data da aquisição. Posteriormente, as marcas e licenças, avaliadas com vida útil definida, são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das marcas registradas e das licenças durante sua vida útil estimada de 15 a 20 anos.

(c) Softwares/Website

Os gastos relacionados com o desenvolvimento de web sites (principal canal de vendas da Companhia), tais como desenvolvimento de aplicativos operacionais e infraestrutura tecnológica (compra e desenvolvimento interno de softwares e instalação de aplicativos nos sites), os direitos de uso de *software*, bem como desenvolvimento gráfico são registrados no intangível, conforme previsto no Pronunciamento Técnico CPC 04 (IAS 38), sendo amortizados de forma linear considerando o prazo estipulado de sua utilização e benefícios a serem auferidos (nota 16).

As licenças de *softwares* são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e *websites* e fazer com que eles estejam prontos para serem utilizados. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento que são diretamente atribuíveis ao projeto e aos testes dos novos *softwares* e *websites* identificáveis e exclusivos, controlados pelo Grupo, são reconhecidos como ativos intangíveis quando os seguintes critérios são atendidos:

- É tecnicamente viável concluir o *software/website* para que ele esteja disponível para uso.

- A administração pretende concluir o *software/website* e usá-lo ou vendê-lo.
- O *software/website* pode ser vendido ou usado.
- Pode-se demonstrar que é provável que o *software/website* gerará benefícios econômicos futuros.
- Estão disponíveis adequados recursos técnicos, financeiros e outros recursos para concluir o desenvolvimento e para usar ou vender o *software/website*.
- O gasto atribuível ao *software/website* durante seu desenvolvimento pode ser mensurado com segurança.

Os custos diretamente atribuíveis, que são capitalizados como parte do produto de *software/website*, incluem os custos com empregados alocados no desenvolvimento de *softwares/websites* e uma parcela adequada das despesas indiretas aplicáveis. Os custos também incluem os custos de empréstimos incorridos durante o período de desenvolvimento do *software/website*. O montante dos encargos sobre os empréstimos capitalizados é obtido através da aplicação da taxa média ponderada dos empréstimos que estiveram vigentes durante o período sobre os investimentos realizados na obtenção do ativo e não excede o montante dos custos de empréstimos incorridos durante o exercício.

Outros gastos de desenvolvimento que não atendam a esses critérios são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. Os custos de desenvolvimento previamente reconhecidos como despesa não são reconhecidos como ativo em período subsequente.

2.11 Imobilizado

O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens e os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados.

Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados a esses custos e que possam ser mensurados com segurança. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais bens do imobilizado é calculada usando o método linear considerando os seus custos e seus valores residuais durante a vida útil estimada, conforme demonstrado na nota 15.

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados ao final de cada exercício e se apropriado, ajustados.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Outras despesas e receitas operacionais líquidas" na demonstração do resultado.

2.12 Arrendamento mercantil operacional e financeiro

O arrendamento operacional é representado por casos onde não existe a transferência de propriedade dos bens para a Companhia. São reconhecidos no resultado pelos pagamentos efetuados em base linear durante o prazo do contrato, obedecendo ao regime de competência dos exercícios.

O arrendamento financeiro, em conformidade com o CPC 06, é registrado como ativo imobilizado em contrapartida a um passivo. Tal passivo é liquidado de acordo com o estabelecimento no contrato firmado com o fornecedor. O Ativo é depreciado pelo prazo de vida útil econômica do bem, caso a Companhia detenha a sua propriedade, ou em caso contrário, pelo prazo de vigência estabelecido em contrato.

2.13 Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que não têm uma vida útil indefinida, como o ágio, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para identificar eventual necessidade de redução ao valor recuperável (*impairment*). Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)). Os ativos não financeiros, exceto o ágio, que tenham sido ajustados por *impairment*, são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do *impairment* na data do balanço. *Impairment* de ágio reconhecido no resultado do exercício não é revertido.

2.14 Contas a pagar aos fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores são obrigações contraídas por bens ou serviços adquiridos no curso normal dos negócios. Essas obrigações podem ser deduzidas de recebíveis quando há acordos comerciais firmados com os fornecedores para divulgação ou realização de promoções de determinados produtos. São classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, essas contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. São, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros (nota 17).

2.15 Ajuste a valor presente

As operações de compras a prazo, basicamente fornecedores de mercadorias e serviços, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 10,06% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (14,06% a.a. em 31 de dezembro de 2016), base das captações para os respectivos exercícios. A constituição do ajuste a valor presente de compras é registrada nas rubricas "Fornecedores" na nota 17 e "Estoques" na nota 10 e sua reversão tem como contrapartida a rubrica "Despesas financeiras" na nota 28, pela fruição de prazo, no caso de fornecedores, e pela realização dos estoques em relação aos valores neles registrados na rubrica "Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados".

As operações de vendas a prazo, com o mesmo valor de venda à vista, prefixadas, representadas principalmente por vendas a prazo com cartões de crédito, foram trazidas ao seu valor presente considerando os prazos das referidas transações. Utilizou-se a taxa média de 10,97% a.a. em 31 de dezembro de 2017 (15,35% a.a. em 31 de dezembro de 2016), base dos descontos dos recebíveis nas respectivas datas-bases. Sobre os ajustes identificados, aplicou-se as alíquotas de impostos nas respectivas datas bases. O ajuste a valor presente das vendas a prazo tem como contrapartida a rubrica

"Contas a receber de clientes" nota 9 e sua realização é registrada na rubrica "Receitas financeiras" na nota 28 pela fruição do prazo.

2.16 Empréstimos e Financiamentos

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos objeto de *swap* para fins de proteção às oscilações de taxa de câmbio estão registrados a valor justo, conforme demonstrado na nota 4.1(a).

Os empréstimos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço.

2.17 Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) o Grupo tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidá-las é determinada levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, usando uma taxa antes dos efeitos tributários, a qual reflita as avaliações atuais de mercado do valor do dinheiro no tempo e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

A Companhia avalia, ao menos uma vez por ano, a suficiência de suas provisões para eventos prováveis de ocorrerem ao longo prazo do próximo exercício social.

2.18 Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos

O imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos reconhecidos na demonstração do resultado.

O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto de renda e a contribuição social correntes são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes

antecipadamente pagos excedem o total devido na data das demonstrações contábeis. Contudo, os impostos diferidos ativos e passivos, são apresentados em separado na nota 12 (a).

O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos usando-se o método do balanço patrimonial sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis. Entretanto, o imposto de renda e contribuição social diferidos não são contabilizados se resultar do reconhecimento inicial de um ativo ou passivo em uma operação que não seja uma combinação de negócios, a qual, na época da transação, não afeta o resultado contábil, nem o resultado fiscal.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os impostos de renda diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, em geral relacionado com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

2.19 Benefícios a empregados

(a) Remuneração com base em ações

O Grupo opera plano de remuneração com base em ações, liquidados com ações, segundo os quais a entidade recebe os serviços dos empregados como contraprestação por instrumentos de patrimônio líquido (opções) do Grupo. O valor justo dos serviços do empregado, recebidos em troca da outorga de opções, é reconhecido como despesa. O valor total a ser reconhecido é determinado mediante referência ao valor justo das opções outorgadas, que é calculado na data da outorga dos programas de opções de compra de ações, com base em modelos de precificação usualmente adotados pelo mercado. Estes modelos são calculados utilizando-se premissas tais como valor de mercado da ação, preço de exercício da opção, volatilidade do preço das ações da Companhia (calculada com base no histórico do preço de suas ações), taxa de juros livre de risco, prazo de vigência do contrato ("*vesting period*") e expectativa de distribuição de dividendos. Os custos de remuneração atrelados a estes programas são registrados pelo método linear durante o período de prestação de serviços pelo seu beneficiário, considerando a expectativa de desistência. As premissas e modelos utilizados para estimar o valor justo dos pagamentos baseados em ações estão divulgados na nota 25. Na data do balanço, a entidade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nas condições de aquisição de direitos que não são do mercado. Esta reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, com um ajuste correspondente no patrimônio.

Os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social (valor nominal) e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções são exercidas.

As contribuições sociais a pagar em conexão com a concessão das opções de ações são consideradas parte integrante da própria concessão, e a cobrança será tratada como uma transação liquidada em dinheiro.

(b) Participação nos lucros

Quando aplicável, o Grupo reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em conta o lucro atribuível aos acionistas da Companhia após certos ajustes.

O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*).

(c) Outros benefícios

A Companhia e suas controladas não concedem outros benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados além daqueles previstos na legislação trabalhista.

2.20 Capital social

As ações ordinárias e preferenciais são classificadas no patrimônio líquido (nota 24).

Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados no patrimônio líquido como uma dedução do valor captado, líquida de impostos. Quando a Companhia compra ações do seu próprio capital (ações em tesouraria), o valor pago, incluindo quaisquer custos adicionais diretamente atribuíveis (líquidos do imposto de renda), é deduzido do patrimônio líquido até que as ações sejam canceladas ou negociadas. Quando essas ações são subsequentemente negociadas, qualquer valor recebido, líquido de quaisquer custos adicionais da transação diretamente atribuíveis e dos respectivos efeitos do imposto de renda e da contribuição social, é incluído no patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia.

2.21 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades do Grupo. A receita é apresentada líquida dos impostos, das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, bem como das eliminações das vendas entre empresas do Grupo.

O Grupo reconhece a receita quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades do Grupo, conforme descrição a seguir. O Grupo baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração o tipo de cliente, o tipo de transação e as especificações de cada venda.

(a) Venda de mercadorias e serviços

As receitas de vendas de mercadorias e serviços, que incluem o frete cobrado de clientes, são reconhecidas quando da transferência da propriedade e dos riscos a terceiros pelos seus valores brutos e deduzidas de descontos incondicionais, devoluções, ajuste a valor presente calculado sobre as

vendas a prazo e os impostos sobre as vendas. Os pedidos de venda aprovados pelas administradoras de cartões de crédito, cujos produtos ainda não foram faturados, nem entregues aos clientes, e as vendas de vales-presentes que se encontram em poder dos clientes e que serão utilizados futuramente são registrados como "Outras Obrigações" classificadas no passivo circulante.

(b) Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido pelo regime de competência, usando o método da taxa efetiva de juros.

2.22 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio

Quando aplicável, a distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações contábeis do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório é registrado no patrimônio líquido até a data da aprovação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado para fins fiscais e no patrimônio líquido para fins societários.

3 Estimativas e julgamentos contábeis críticos

As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir:

(a) Redução ao valor recuperável (*impairment*) do ágio

Ao final de cada exercício, o Grupo testa eventuais perdas (*impairment*) no ágio, de acordo com a política contábil apresentada na nota 2.13. Os valores recuperáveis de Unidades Geradoras de Caixa (UGC's) foram determinados com base em cálculos do valor em uso, efetuados com base em estimativas.

Não foram reconhecidas perdas por *impairment* do ágio nas demonstrações contábeis em 31 de dezembro de 2017 e 2016.

(b) Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos

Julgamento significativo da administração é requerido para determinar o valor do imposto diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras e premissas de mercado de geração de lucros.

Os critérios para a determinação da necessidade de provisão para realização do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos estão descritos na nota 12 (b).

(c) Valor justo de derivativos e outros instrumentos financeiros

O valor justo dos instrumentos financeiros apresentados na nota 4.3 é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

(d) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Essa provisão é fundamentada em análise do histórico de perdas monitorado pela Administração, sendo constituída em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber (nota 9).

(e) Provisão para perdas nos estoques

A provisão para perdas nos estoques é estimada com base no histórico de perdas na execução dos inventários físicos nos centros de distribuição, bem como na venda de itens abaixo do preço de aquisição e estoques sem venda. Esta provisão é considerada suficiente pela Administração para cobrir as prováveis perdas na realização dos seus estoques (nota 10).

(f) Vida útil dos ativos imobilizado e intangível

A depreciação ou amortização dos ativos imobilizado e intangível considera o laudo elaborado por especialista externo sobre a utilização destes ativos ao longo das operações. Mudanças no cenário econômico e/ou no mercado consumidor podem requerer a revisão dessas estimativas de vida útil.

(g) Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

Os testes de *impairment* são realizados considerando as projeções de resultado futuro, calculado com base em premissas internas e de mercado, descontadas a valor presente. Essas projeções são calculadas considerando as melhores estimativas da administração, que são revistas quando ocorrem mudança no cenário econômico ou no mercado consumidor.

(h) Provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas

A Companhia registrou provisões, as quais envolvem considerável julgamento por parte da Administração, para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis que, como resultado de um acontecimento passado, é provável que uma saída de recursos envolvendo benefícios econômicos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita do montante dessa obrigação. A Companhia está sujeita a reivindicações legais, cíveis e trabalhistas cobrindo assuntos que advém do curso normal das atividades de seus negócios.

A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos.

As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. Os resultados reais podem diferir das estimativas.

4 Gestão de risco financeiro

4.1 Fatores de risco financeiro

No curso normal de seus negócios, a Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado relacionados à flutuação das taxas de juros e variações cambiais, bem como risco de crédito em suas vendas a prazo e risco de liquidez. A Companhia e suas controladas utilizam instrumentos de proteção para minimizar sua exposição a esses riscos, com base em seu monitoramento sob gestão de seus diretores supervisionada pelo Conselho de Administração. Essa gestão determina quais são as estratégias a serem adotadas e a Administração contrata instrumentos de proteção adequados a cada circunstância e riscos inerentes.

A Companhia e suas controladas não possuem opções, *swaptions*, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e "derivativos exóticos". A Companhia e suas controladas não operam com instrumentos financeiros derivativos com propósitos de especulação, reafirmando assim o seu compromisso com a política conservadora de gestão de caixa, seja em relação ao seu passivo financeiro, seja para com a sua posição de disponibilidades.

(a) Risco de mercado

(i) Risco cambial

A Companhia e suas controladas utilizam-se de swaps tradicionais com o propósito de anular perdas cambiais decorrentes de desvalorizações acentuadas da moeda Real (R\$) perante estas captações de recursos em moedas estrangeiras.

Em 31 de dezembro de 2017, a posição destes instrumentos financeiros derivativos era a seguinte:

- *Swaps* tradicionais (registrados na conta de empréstimos e financiamentos):

A contraparte desses *swaps* tradicionais é a instituição financeira provedora dos empréstimos em moeda estrangeira (dólares americanos). Essas operações de *swap* referenciados em CDI visam anular o risco cambial, transformando o custo da dívida (nota 18) para moeda e taxa de juros locais, de 121,5% a 139,0% do CDI. Esses contratos possuem, em 31 de dezembro de 2017, valor de referência de R\$ 956.000 na controladora (R\$ 1.002.324 no consolidado) e em 31 de dezembro de 2016, R\$ 820.000 na controladora (R\$ 866.324 no consolidado). Essas operações estão casadas em termos de valor, prazos e taxas de juros. A Companhia e suas controladas têm a intenção de liquidar tais contratos simultaneamente com os respectivos empréstimos. Nesse tipo de operação não existem cláusulas contratuais de chamada de margem.

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Objeto do hedge		918.043	741.025	965.009	786.430
Posição passivo do swap (% CDI)		(981.580)	(854.222)	(1.028.382)	(901.410)
Saldo contábil de ajuste de swap (nota 18 (a))		(63.537)	(113.197)	(63.373)	(114.980)

		Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016
Objeto do hedge (dívida)	Custo amortizado	918.043	741.025	965.009	786.430
	Ajustado pelo valor justo dos riscos cobertos	(936.139)	(770.955)	(983.920)	(818.064)
		(18.096)	(29.930)	(18.911)	(31.634)
Swaps					
Posição ativa (Dólar + Pré)	Custo amortizado	(918.043)	(741.025)	(965.009)	(786.430)
	Valor justo	936.139	770.955	983.920	818.064
		18.096	29.930	18.911	31.634
Posição passiva (% CDI)	Custo amortizado	(981.580)	(854.222)	(1.028.382)	(901.410)
	Valor justo	995.084	860.921	1.044.447	909.824
		13.504	6.699	16.065	8.414
		13.504	6.699	16.065	8.414

Considerando que a exposição da Companhia ao risco de oscilações nas taxas de câmbio é mitigada pelas operações de swaps tradicionais, contratados para proteção cambial, e, portanto, simultaneamente com os respectivos empréstimos em moeda estrangeira, a variação do dólar frente ao Real em decorrência da atual condição de mercado não produz efeitos relevantes nas informações financeiras da Companhia.

(ii) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas se utilizam de recursos gerados pelas atividades operacionais para gerir as suas operações bem como para garantir seus investimentos e crescimento. Para complementar sua necessidade de caixa para crescimento, a Companhia e suas controladas obtêm empréstimos e financiamentos junto às principais instituições financeiras do País e capta recursos por meio de debêntures, que são substancialmente (cerca de 90% do total), indexados à variação do CDI. O risco inerente surge da possibilidade de existirem flutuações relevantes no CDI (análise de sensibilidade no item (d) abaixo). A política de aplicações financeiras indexadas em CDI mitiga parcialmente este efeito.

(b) Risco de crédito

O risco de crédito é administrado corporativamente. O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, instrumentos financeiros derivativos, depósitos em bancos e outras instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e outras instituições financeiras, os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pelo Conselho de Administração. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. As vendas para clientes do varejo são liquidadas em dinheiro ou por meio dos principais cartões de crédito existentes no mercado.

O risco de crédito é minimizado pelo fato de aproximadamente 75% das vendas da Companhia e suas controladas serem realizadas por meio de cartões de crédito administrados pelas principais operadoras de cartão de crédito que possuem excelentes níveis de classificação de risco. A Companhia e suas controladas mantêm provisões para crédito de liquidação duvidosa em montante, considerado pela Administração, suficiente para cobrir possíveis perdas em seus recebíveis.

(c) Risco de liquidez

A Administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender suas necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Companhia, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais - por exemplo, restrições de moeda.

A Tesouraria investe o excesso de caixa em contas bancárias com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem suficiente conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

A tabela abaixo analisa os passivos financeiros não derivativos do Grupo e os passivos financeiros derivativos que são quitados em uma base líquida pelo Grupo, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente entre a data do balanço patrimonial e a data contratual do vencimento. Os passivos financeiros derivativos estão incluídos na análise se seus vencimentos contratuais forem essenciais para um entendimento dos fluxos de caixa.

	Controladora			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	1.576.847	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.340.806	1.101.981	5.024.929	22.764
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	1.966.972	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	477.986	1.509.281	2.404.062	522.127
	Consolidado			
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos
Em 31 de dezembro de 2017				
Fornecedores	1.766.581	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	1.627.659	1.101.981	5.024.929	22.764
Em 31 de dezembro de 2016				
Fornecedores	2.107.960	-	-	-
Empréstimos financiamentos e debêntures	563.043	2.058.312	2.404.062	522.127

(d) Análise de sensibilidade adicional

Análise de sensibilidade das operações de swaps

As operações de swap registradas pela Companhia e suas controladas, foram contratadas simultaneamente às operações dos empréstimos em moeda estrangeira, contemplando prazos, taxas e valores equivalentes, trocando exposição cambial dos empréstimos pela exposição ao CDI.

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia, em dólares norte-americanos, era de R\$ 918.043 na controladora (R\$ 741.025 em 31 de dezembro de 2016) e de R\$ 965.009 no consolidado (R\$ 786.430 em 31 de dezembro de 2016).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 29 de dezembro de 2017, indicavam uma taxa de câmbio para o final do exercício de 2018 (cenário provável) de 3,3400 R\$ /US\$, ante uma taxa de 3,3080 R\$ /US\$ verificada em 29 de dezembro de 2017.

Os cenários I e II foram estimados com uma deterioração de 25% a 50% respectivamente. Acima da expectativa provável, conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Risco	Cenário provável	Controladora	
			Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017		3,308	3,308	3,308
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2018		3,340	4,1750	5,0100
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	8.881	240.612	472.343
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(8.881)	(240.612)	(472.343)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo
Consolidado				
Operação	Risco	Cenário	Cenário I -	Cenário II -
Dólar				
Taxa de câmbio em 31 de dezembro de 2017		3,308	3,308	3,308
Taxa de câmbio estimada para 31 de dezembro de 2018		3,340	4,1750	5,0100
Empréstimos em moeda estrangeira	(variação US\$)	9.335	252.921	496.507
Swaps (Ponta Ativa em moeda estrangeira)	(variação US\$)	(9.335)	(252.921)	(496.507)
	Efeito líquido	Nulo	Nulo	Nulo

• **Análise de sensibilidade à variação da taxa do CDI**

A Companhia e suas controladas mantêm a grande parte de sua dívida e das suas disponibilidades indexadas à variação do CDI (considerando a troca das dívidas em moeda estrangeira por variação do CDI com os swaps tradicionais). Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia (controladora) apresentava uma dívida líquida de R\$ 1.867.293 (R\$ 2.465.150 em 31 de dezembro de 2016), representada pelo valor dos empréstimos, financiamentos e debêntures, líquido de caixa e títulos e valores mobiliários. No consolidado a dívida líquida era de R\$ 1.785.232 (R\$ 2.299.390 em 31 de dezembro de 2016).

A expectativa de mercado, conforme dados divulgados pelo Banco Central do Brasil (Relatório Focus), com data base em 29 de dezembro de 2017, indicavam uma taxa mediana efetiva do CDI estimada em 6,74%, cenário provável para o ano de 2018, ante a taxa efetiva de 6,89% verificada em 31 de dezembro de 2017.

Adicionalmente, a Administração, efetuou testes de sensibilidade para cenários adversos, deterioração da taxa do CDI em 25% ou 50% superiores ao cenário provável (julgado pela Administração), conforme demonstrado no quadro abaixo:

Operação	Controladora		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2017 - %	6,89%	6,89%	6,89%
Dívida líquida	1.867.293	1.867.293	1.867.293
Taxa anual estimada do CDI em 2018 - %	6,74%	8,43%	10,11%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	(2.801)	-	-
Aumento	-	28.663	60.127

Operação	Consolidado		
	Cenário provável	Cenário I - Deterioração de 25%	Cenário II - Deterioração de 50%
Taxa efetiva anual do CDI em 31 de dezembro de 2017 - %	6,89%	6,89%	6,89%
Dívida líquida	1.785.232	1.785.232	1.785.232
Taxa anual estimada do CDI em 2018 - %	6,74%	8,43%	10,11%
Efeito anual na disponibilidade líquida:			
Redução	(2.678)	-	-
Aumento	-	27.403	57.484

4.2 Gestão de capital

O objetivo da Companhia e suas controladas ao administrar seu capital é o de assegurar a continuidade de suas operações para oferecer retorno aos acionistas e benefícios às outras partes interessadas, além de manter uma estrutura de capital ideal para minimizar os custos a ela associados.

A Companhia monitora os níveis de endividamento através do índice de Dívida Líquida/EBITDA, o qual no seu entendimento representa, de forma mais apropriada, a sua métrica de endividamento, pois reflete as obrigações financeiras consolidadas líquidas das disponibilidades imediatas para pagamentos, considerada sua geração de caixa operacional.

4.3 Estimativa do valor justo

Pressupõe-se que os saldos das contas a receber de clientes e contas a pagar aos fornecedores pelo valor contábil, menos a perda (*impairment*) no caso de contas a receber, esteja próxima de seus valores justos. O valor justo dos passivos financeiros, para fins de divulgação, é estimado mediante o desconto dos fluxos de caixa contratuais futuros pela taxa de juros vigente no mercado, que está disponível para o Grupo para instrumentos financeiros similares.

O Grupo aplica o CPC 40/IFRS 7 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia:

- (Nível 1) preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos idênticos ou passivos.
- (Nível 2) *inputs* diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (como preços) ou indiretamente (derivados dos preços).
- (Nível 3) *inputs* para o ativo ou passivo que não são baseados em variáveis observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2017.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Fundo de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	-	39.085	-
CDB	-	829.526	-
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	2.118.618	-
Total do ativo	-	2.987.229	-
Passivos			
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	965.009	-
Derivativos usados para <i>hedge</i> - <i>swap</i>	-	63.373	-
Total do passivo	-	1.028.382	-

A tabela abaixo apresenta os ativos e passivos do Grupo mensurados pelo valor justo em 31 de dezembro de 2016.

	Consolidado		
	Nível 1	Nível 2	Nível 3
			Saldo total
Ativos			
Valor justo por meio do resultado			
Fundo de Investimento em Direitos	15.491	11.823	-
Creditórios - FIDC			
CDB	-	385.763	-
Demais Títulos e Valores Mobiliários	-	1.329.464	-
Total do ativo	15.491	1.727.050	-
Passivos			
Valor justo por meio do resultado			
Empréstimos e financiamentos (Moeda Estrangeira)	-	786.430	-
Derivativos usados para <i>hedge</i> - <i>swap</i>	-	114.980	-
Total do passivo	-	901.410	-

Não existem ativos e passivos financeiros relevantes sujeitos a acordo de compensações.

5 Instrumentos financeiros por categoria

	Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado
		Total
Em 31 de dezembro de 2017		
Ativos, conforme o balanço patrimonial		
Títulos e valores mobiliários	-	2.987.229
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	861.480	-
Caixa e equivalentes de caixa	3.996	1.465.504
	865.476	4.452.733
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado
		Total
Em 31 de dezembro de 2017		
Passivo, conforme o balanço patrimonial		
Empréstimos		
Moeda nacional	-	5.013.382
Moeda estrangeira	965.009	-
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	63.373	-
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.024.048
Debêntures	-	200.265
	1.028.382	7.237.695

		Consolidado	
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Ativos, conforme o balanço patrimonial			
Títulos e valores mobiliários	-	1.742.541	1.742.541
Contas a receber de clientes e demais contas a receber	934.992	-	934.992
Caixa e equivalentes de caixa	4.714	219.534	224.248
	939.706	1.962.075	2.901.781
	Valor justo por meio do resultado	Custo amortizado	Total
Em 31 de dezembro de 2016			
Passivo, conforme o balanço patrimonial			
Empréstimos			
Moeda nacional	-	3.164.007	3.164.007
Moeda estrangeira	786.430	-	786.430
Instrumentos financeiros derivativos - <i>swap</i>	114.980	-	114.980
Fornecedores e outras obrigações, excluindo obrigações legais	-	2.453.542	2.453.542
Debêntures	-	200.762	200.762
	901.410	5.818.311	6.719.721

6 Qualidade do crédito dos ativos financeiros

Os ativos financeiros da Companhia são compostos principalmente pelo saldo de caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e contas a receber de cartões de crédito. O caixa da Companhia está aplicado nas maiores instituições financeiras do Brasil - todas instituições de primeira linha - e os recebíveis da Companhia e suas controladas são essencialmente junto às principais operadoras de cartão de crédito, que possuem reduzidos níveis de risco de crédito.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e bancos conta movimento	1.270	3.578	3.996	4.714
Certificados de Depósito Bancário - CDB's	1.465.504	219.534	1.465.504	219.534
	1.466.774	223.112	1.469.500	224.248

Os Certificados de Depósito Bancário são remunerados a uma taxa de até 102,0% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (de até 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016). Os CDB's e Debêntures classificados como caixa possuem liquidez imediata sem risco de mudança de valor em caso de resgate antecipado.

8 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Valor justo por meio do resultado				
Fundo de Investimento - (FIDC)	-	-	-	11.823
Títulos do Tesouro Nacional - (FIDC)	-	-	-	15.491
Certificados de Depósitos Bancários - CDBs	730.412	329.300	829.526	385.763
Operações Compromissadas	2.071.509	1.123.447	2.118.618	1.329.464
Quotas júnior - (FIDC)	39.085	35.478	39.085	-
	2.841.006	1.488.225	2.987.229	1.742.541
Circulante	2.841.006	1.452.747	2.987.229	1.742.541
Não circulante	-	35.478	-	-

(a) Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo

O Fênix Fundo de Investimento em Direitos Creditórios do Varejo ("Fênix FIDC do Varejo") tem a finalidade de adquirir direitos de crédito de titularidade da Companhia e da Controladora Lojas Americanas ("Cedentes"), originários das vendas, por meio de cartões de crédito, realizadas pelas Cedentes aos seus clientes. O Fênix FIDC do Varejo, tem prazo de duração indeterminado, sendo que cada emissão/série de quotas terá prazo do vencimento determinado. Em 21 de junho de 2013, foram ampliadas as operações de Fênix FIDC do Varejo, e a amortização final está programada para o 60 (sexagésimo) mês.

A estrutura do Fênix FIDC do Varejo, bem como a remuneração das quotas está assim representada:

Quotas	Quantidade	%PL Fundo	Dez/17	Dez/16	Benchmark - DI
Sênior	11.563	92,50	1.171.385	1.184.300	108,9%
Mezanino	500	4,00	50.957	51.782	157,0%
		96,50	1.222.342	1.236.082	
Júnior	437	3,50	65.165	59.130	-
		100,0	1.287.507	1.295.212	

Em 31 de dezembro de 2017, as operações de securitização de direitos creditórios, realizadas pelas Cedentes para o Fênix FIDC do Varejo, totalizam R\$ 789.290 (R\$ 1.231.261 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 572.998 (R\$ 707.456 em 31 de dezembro de 2016) securitizados pela controladora Lojas Americanas e R\$ 216.292 (R\$ 523.805 em 31 de dezembro de 2016) securitizados pela Companhia.

Seguem abaixo as informações financeiras do referido fundo:

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016:

	2017	2016
Ativo		
Caixas e equivalentes de caixa	-	23
Títulos e valores mobiliários	498.466	64.205
Contas a receber	789.290	1.231.261
B2W	216.292	523.805
Lojas Americanas	572.998	707.456
Total do ativo	1.287.756	1.295.489
Passivo		
Contas a pagar (circulante)	1.222.591	277
Contas a pagar (não circulante)	-	1.236.082
Patrimônio líquido	65.165	59.130
Total do passivo e patrimônio líquido	1.287.756	1.295.489

Demonstrações dos resultados nos períodos findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, respectivamente:

	2017	2016
Receita financeira	140.145	195.437
Despesa financeira	(134.109)	(186.024)
Lucro líquido do exercício	6.036	9.413

A carteira de títulos e valores mobiliários do FIDC, está composta por: Letras Financeiras do Tesouro Nacional (LFTN), Certificados de Depósitos Bancários (CDB) e Cotas do Fundo de Aplicações Financeiras, os quais estão disponíveis a qualquer momento, para aquisições de recebíveis originados nas operações das cedentes.

(b) Demais ativos financeiros

Os Certificados de Depósito Bancário, integralmente de instituições financeiras de primeira linha, são remunerados a uma taxa de até 102,0 % do CDI em 31 de dezembro de 2017 (de até 102,8% do CDI em 31 de dezembro de 2016). Não há intenção de alienação desses títulos em prazo superior a 1 ano, motivo pelo qual estão classificados no ativo circulante.

As Operações Compromissadas são compostas por debêntures emitidas por instituição financeira de primeira linha, e estão registradas ao seu valor justo, remuneradas a taxa de até 101,0 % do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2017 (de até 102,0% do CDI controladora e consolidado em 31 de dezembro de 2016), podendo ser negociadas a qualquer momento.

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2016	2.012.198	2.239.205
Adições	5.076.265	6.396.594
Alienações	(5.587.211)	(6.844.753)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(48.505)	(48.505)
Em 31 de dezembro de 2016	1.452.747	1.742.541
Adições	8.484.525	9.402.129
Alienações	(5.630.762)	(6.691.937)
Transferência para caixa e equivalentes de caixa	(1.465.504)	(1.465.504)
Em 31 de dezembro de 2017	2.841.006	2.987.229

9 Contas a receber de clientes

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Cartões de crédito (i)	102.778	54.919	102.778	54.923
Fundo de Investimento - FIDC (iv)	216.292	523.805	216.292	523.805
Demais contas a receber (ii)	59.029	71.192	131.372	138.867
	378.099	649.916	450.442	717.595
Ajuste a valor presente (iii)	(1.357)	(2.145)	(1.357)	(2.145)
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(15.231)	(17.508)	(34.335)	(26.367)
	361.511	630.263	414.750	689.083

- (i) As operações com cartões de crédito podem ser parceladas em até doze meses. O risco de crédito da Companhia e de suas controladas é minimizado à medida que a carteira de recebíveis é monitorada pelas empresas administradoras de cartão de crédito.
- (ii) Demais contas a receber representam, principalmente, vendas efetuadas a pessoas jurídicas por meio de operações corporativas, projetos de fidelidade e acordos comerciais.
- (iii) O ajuste a valor presente foi calculado sobre o contas a receber líquido das antecipações do FIDC.
- (iv) Operações de securitização de direitos creditórios, realizadas pela B2W para o Fênix FIDC do Varejo.

A Companhia realiza operação de securitização de seus direitos creditórios representado por contas a receber de administradoras de cartão de crédito, através do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), nota 8 (a). Na controladora, a Companhia manteve o reconhecimento do recebível no montante de R\$ 216.292 (R\$523.805 em 31 de dezembro de 2016), em contrapartida da conta empréstimos e financiamentos no passivo não circulante, conforme descrito na nota 18.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
A vencer	353.648	623.172	398.922	658.453
Vencidos:				
até 30 dias	8.928	9.173	16.013	17.980
30 a 60 dias	3.024	5.821	6.153	9.469
61 a 90 dias	8.468	994	9.358	3.507
91 a 120 dias	181	3.347	586	4.825
121 a 180 dias	209	3.192	1.652	4.930
> 180 dias	3.641	4.217	17.758	18.431
	378.099	649.916	450.442	717.595

O valor da provisão para créditos de liquidação duvidosa considera os valores vencidos a mais de 180 dias, combinada com a análise da Administração sobre prováveis perdas dos créditos a vencer e vencidas.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa está demonstrada a seguir:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(12.136)	(21.725)
Adições	(5.372)	(4.642)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(17.508)	(26.367)
Reversões	2.277	-
Adições	-	(7.968)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(15.231)	(34.335)

10 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Mercadorias para revenda	1.176.401	1.511.657	1.204.328	1.534.343
Suprimentos e embalagens	3.019	6.981	3.019	6.981
	1.179.420	1.518.638	1.207.347	1.541.324

A provisão para perdas está apresentada nas contas acima, pelo seu valor líquido. A movimentação da provisão para perdas está demonstrada a seguir:

	Controladora e Consolidado
Saldo em 1º de janeiro de 2016	(54.614)
Adições	(18.603)
Saldo em 31 de dezembro de 2016	(73.217)
Adições	(7.348)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	(80.565)

11 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de Renda retido na fonte (IRRF)	24.102	28.298	24.210	33.969
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.104.010	977.040	1.107.022	979.704
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	120.288	254.134	126.227	256.142
Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL)	263.864	218.192	271.051	229.113
Outros	8.364	8.321	11.467	9.867
	1.520.628	1.485.985	1.539.977	1.508.795
Parcela do circulante	378.478	418.533	397.827	441.343
Parcela do não circulante	1.142.150	1.067.452	1.142.150	1.067.452

Considerando as regras de tributação atualmente vigentes, segue expectativa dos principais impostos a recuperar:

- PIS e COFINS: A Companhia espera recuperar R\$ 104.717 em 2018 e R\$ 999.293 em até 3 anos (2019 a 2021) através de débitos via apuração e compensação com outros tributos federais. Adicionalmente, a Companhia ingressou com pedido de ressarcimento junto à Secretaria da Receita Federal no montante de R\$ 404.026.

	Controladora
2018	104.717
2019	284.230
2020	452.392
2021	262.671
	1.104.010

- ICMS: A Companhia espera recuperar os créditos de ICMS com suas próprias operações no valor de R\$ 96.234 em 2018 e R\$ 24.054 nos anos de 2018, 2019 e 2020. A administração da Companhia, objetivando a realização do saldo credor de ICMS oriundo da comercialização de mercadorias, realizou estudos técnicos baseando-se no curso normal de suas operações mercantis para os próximos exercícios sociais. O referido estudo foi realizado com base nas operações atuais e expectativas futuras, sempre lastreado no plano estratégico de negócio de longo prazo da Companhia.

	<u>Controladora</u>
2018	96.234
2019	16.477
2020	7.577
	<u>120.288</u>

- IRPJ e CSLL: A Companhia espera recuperar R\$ 287.966 em até 3 anos (2018 a 2020), através de pedido de restituição e/ou compensação com outros tributos federais.

	<u>Controladora</u>
2018	177.526
2019	57.888
2020	52.552
	<u>287.966</u>

12 Imposto de renda e contribuição social

(a) Composição do imposto de renda e contribuição social diferidos

	<u>Controladora</u>		<u>Ativo Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Prejuízos fiscais	553.142	454.699	580.399	479.695
Bases negativas de contribuição social	199.131	163.691	208.943	172.689
Diferenças temporárias				
Contingências	21.399	19.070	21.399	19.070
Operações de <i>swap</i> não liquidados	8.264	12.376	23.233	26.186
Ajuste a valor presente créditos e obrigações	46.849	42.078	46.849	42.078
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	13.441	12.164	19.778	15.241
Provisão perdas nos estoques	27.596	24.894	27.596	24.894
Outros	66.884	7.263	76.252	14.797
	<u>936.706</u>	<u>736.235</u>	<u>1.004.449</u>	<u>794.650</u>

	<u>Controladora</u>		<u>Passivo Consolidado</u>	
	<u>2017</u>	<u>2016</u>	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Capitalização de juros	48.216	60.887	48.216	60.887
Revisão de vida útil	834	6.517	834	6.517
Outros	(1.712)	1.076	1.688	4.476
	<u>47.338</u>	<u>68.480</u>	<u>50.738</u>	<u>71.880</u>
Saldo líquido	<u>889.368</u>	<u>667.755</u>	<u>953.711</u>	<u>722.770</u>

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a companhia realizou resultados superiores ao plano de negócios sensibilizado no exercício anterior, constituindo impostos diferidos.

A Administração da Companhia reitera a confiança no seu Plano de Negócios, que tornou a estrutura operacional das plataformas de desenvolvimento de negócios mais robusta, e seguirá monitorando os indicadores internos e externos como forma de melhor avaliar a evolução das suas estimativas.

(b) Expectativa de realização de impostos diferidos

	Controladora	Consolidado
	2017	2017
2020	34.295	36.776
2021	86.927	93.215
2022	150.970	161.892
2023	212.607	227.988
2024	268.671	288.107
2025	135.898	145.733
	889.368	953.711

(c) Conciliação entre alíquotas nominais e efetivas

A conciliação entre o imposto de renda e a contribuição social à alíquota nominal e os montantes efetivos em resultados é demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Prejuízo do exercício antes do imposto de renda e contribuição social	(633.063)	(729.985)	(620.690)	(723.199)
Alíquota nominal - %	34%	34%	34%	34%
	215.241	248.195	211.035	245.888
Efeito das (adições) ou exclusões ao lucro contábil				
Participação em controladas e controlada em conjunto	12.986	(2.100)	-	-
Outras exclusões (adições) permanentes, líquidas	(6.614)	(1.970)	(2.095)	(8.590)
Imposto de renda e contribuição social à alíquota efetiva	221.613	244.125	208.940	237.298
Correntes	-	-	(22.001)	(9.702)
Diferidos	221.613	244.125	230.941	247.000
Imposto de renda e contribuição social	221.613	244.125	208.940	237.298
Alíquota efetiva	35%	33%	34%	33%

13 Transações com partes relacionadas

	Saldos		Transações							
	A receber (a pagar)		Vendas		Compras		Outras		Receita (despesa) financeira	
	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016	2017	2016
Operações com a Controladora										
Lojas Americanas S.A. (v)	(126.896)	(81.820)	901.774	794.805	(448.076)	(293.588)	(50.251)	(83.101)		
- Aluguel Sede e CD's e diversos	(3.491)	(4.062)					(20.429)	(33.414)		
- Mercadorias de revenda - venda	9	2.245	398	89.822						
- Mercadorias de revenda - compra	(328.311)	(117.426)	-	-	(448.076)	(293.588)				
- Operações em Quiosques (ii)	10.883	26.454	-	-			(29.822)	(49.687)		
- Operações Lojas Americanas x Click	92	3.587	2.409	29.584						
- Operações Lojas Americanas x QSM	181.410	7.382	860.508	675.399						
- Operações Lojas Americanas x Direct	10.813	-	22.868	-						
- Operações Lojas Americanas x BIT	1.699	-	15.591	-						
Operações com controladas (iii)	75.736	70.777							(600)	(1.277)
B2W Rental	39.392	39.234								
Submarino Finance	1.160	242								
Click Rodo	12	775							(161)	(1.004)
BIT Services (antiga Ideais)	30.143	27.459								
Direct	957	3.003							(338)	(222)
QSM	84	(730)								
B2W México	-	163							(11)	(14)
Infoprice	2.180	312							(90)	(37)
Outras contas a receber	1.969	718								
Outras contas a pagar	(161)	(399)								
Outras operações com controladas	(63.324)	(129.487)					(490.627)	(545.800)		
Transporte de mercadorias										
Click Rodo	(2.023)	(20.546)					(22.191)	(100.748)		
Direct	(56.233)	(90.547)					(383.739)	(399.675)		
Desenvolvimento de sistemas										
BIT Services (antiga Ideais)	(5.068)	(18.394)					(84.697)	(45.377)		
Ativo Circulante	69.860	62.565								
Passivo não circulante	(378.358)	(214.064)								
Debêntures (iv)	(200.265)	(200.762)							(25.243)	(31.973)
BWU	(200.265)	(200.762)							(25.243)	(31.973)
Honorários							(6.146)	(14.776)		
Prestação de serviço (i)							(6.146)	(14.776)		

- (i) Um dos membros do Conselho de Administração da Controladora, o Sr. Love Goel, indicado a este cargo pela Administração, possui participação na GVG, da qual é o CEO, que presta serviços de desenvolvimento de projetos relacionados à experiência de compra dos clientes nos sites. A escolha da empresa se deu com base nas necessidades da Companhia e através de benchmarking.
- (ii) A Companhia mantém contrato com a Acionista Controladora LASA, visando desenvolver em conjunto ações de incremento de sinergia de suas operações com a instalação de quiosques da marca Americanas.com nas dependências comerciais da LASA. Os valores provenientes dessa operação são repassados integralmente para a Companhia, líquido dos custos incorridos da Controladora LASA com a operação. Com base nesse contrato, os pagamentos das operações realizadas no site da Americanas.com pelos clientes podem também ser efetuados nos caixas de qualquer uma das lojas da LASA.
- (iii) Referem-se principalmente a reembolso de despesas e contratos de mútuos e adiantamentos para futuro aumento de capital. Os contratos de mútuo são remunerados com base no fator diário do CDI acrescido de 4%.
- (iv) Em 7 de dezembro de 2010, em reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a primeira emissão privada de debêntures simples da Companhia, não conversíveis em ações, da espécie subordinada, em série única, no montante de R\$ 200.000. A emissão não foi objeto de registro perante a CVM, uma vez que as debêntures foram objeto de colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores, totalmente subscrita pela BWU Comércio Entretenimento S.A., subsidiária integral da controladora Lojas Americanas S.A. Os requisitos e características da emissão estão relacionados na nota 19.
- (v) A Companhia firmou contrato de licença para uso de marca com a LASA, pelo qual é concedida a licença de uso da marca Americanas.com e marcas similares, em caráter exclusivo, para as atividades compreendidas no seu objeto social. Conforme estabelecido no referido contrato, o licenciamento da marca será gratuito enquanto a LASA detiver participação societária relevante na Companhia.

14 Investimentos - Controladora

(a) Movimentação dos investimentos na Controladora

	8M	BFF	Finance	ST Imp.	B2W Chile	Viajes Argentina	QSM	Tarkena	BIT Services	Digital Finance	Rental	B2W Argentina	Mesa- express	B2W México	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	280.752	-	58.919	46.194	225	148	11.729	3.979	53.709	693	(22.864)	502	223	-	434.209
Equivalência patrimonial	(25.057)	3.604	7.001	3.533	(135)	2.742	3.756	(537)	631	108	(904)	(9)	(23)		(5.290)
Ajuste conversão	263	(9)			(129)	167						(250)			42
Aumento de Capital	30.000	22.500			91			7.750							60.341
Ágio em aquisição de investimentos									(6.373)						(6.373)
Mais valia									6.373						6.373
Baixa Mais Valia									(889)						(889)
Baixa de Investimento	(139.531)														(139.531)
Aquisição de participação societária		139.531													139.531
Alienação de investimento						(3.057)									(3.057)
Incorporação Tarkena								(11.192)	11.192						-
Incorporação 8M	(146.427)								146.427						-
Saldo em 31 de dezembro de 2016	-	165.626	65.920	49.727	52	-	15.485	-	211.070	801	(23.768)	243	200	-	485.356
Equivalência patrimonial		(4.509)	13.882	11.777	(46)	-	6.526	-	11.535	188	(272)	14	(12)	-	39.083
Ajuste conversão		(19)			1							(18)			(36)
Aumento de Capital														256	256
Transferência de Participação Societária		225												(225)	-
Baixa Mais Valia									(889)						(889)
Baixa de investimento		(1.071)													(1.071)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	-	160.252	79.802	61.504	7	-	22.011	-	221.716	989	(24.040)	239	188	31	522.699

(b) Informações sobre investimentos em controladas

				2017
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	160.252	(4.509)
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	61.504	11.777
B2W Chile	100,00	267	77	(46)
Mesaexpress	100,00	275	-	(12)
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	79.802	13.882
QSM	100,00	5.000	22.011	6.526
BIT Services	100,00	170.013	184.798	10.646
Digital Finance	100,00	500	989	188
Rental	99,96	2	(24.050)	(272)
B2W Argentina	100,00	463	239	14
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	13.477	(7.031)
Infoprice	60,00	472	(625)	(749)
Direct	100,00	237.755	80.361	3.134
B2W México	100,00	839	88	(68)

				2016
	%	Capital	Patrimônio	Lucro Líquido
	Participação	social	Líquido	(Prejuízo Líquido)
				ajustado
Controladas diretas				
BFF Logística e Distribuição Ltda.	100,00	163.198	165.626	3.604
ST Importações Ltda.	100,00	4.050	49.727	3.533
B2W Chile	100,00	267	122	(135)
Mesaexpress	100,00	275	12	(23)
Submarino Finance Promotora de Crédito Ltda.	100,00	12.005	65.920	7.001
QSM	100,00	5.000	15.485	3.756
BIT Services	100,00	212.865	157.272	(25.852)
Digital Finance	100,00	500	801	108
Rental	99,96	2	(23.778)	(904)
B2W Argentina	100,00	463	243	(9)
Controladas indiretas				
Click Rodo	100,00	44.928	20.508	(1.773)
Infoprice	60,00	472	124	(101)
Direct	100,00	237.755	77.227	(26.151)
B2W México	100,00	352	(82)	(396)

(c) Demais informações sobre Controladas

(i) ST Importações Ltda.

A controlada, tem por objeto social a importação, exportação, armazenamento e comércio de produtos eletrônicos, eletroeletrônicos, acessórios de carros, ferramentas, peças de assistência técnica, produtos de utilidade doméstica, brinquedos, brindes, produtos de higiene, cosméticos, perfumes, representação comercial e assessoria empresarial. A participação da Companhia nessa controlada é de 100%.

(ii) QSM Distribuidora e Logística Ltda.

A controlada tem por objeto social o comércio atacadista de mercadorias em geral, organização logística do transporte de cargas, agenciamento marítimo e depósito de mercadorias para terceiros. A participação obtida pela Companhia nessa controlada é de 100%.

(iii) BIT Services Inovação e Tecnologia Ltda. (antiga Ideais Tecnologia Ltda.)

Empresa adquirida em 9 de outubro de 2013, presta serviço de elaboração de programas de computador, desenvolvimento e operação de serviços de comércio eletrônico, publicidade digital, desenvolvimento, suporte e consultoria para redes, software, internet e tecnologia da informação em geral. A participação adquirida pela Companhia foi de 100%.

(iv) Digital Finance Promotora de Crédito Ltda.

Empresa criada em parceria com o grupo Cetelem, tem por objeto a prestação de serviços de promoção, desenvolvimento mercadológico e oferecimento de produtos de crédito, podendo receber e encaminhar propostas de cartões de crédito e débito, empréstimos e financiamentos, analisar créditos e registros.

O início de suas atividades não se relaciona a uma combinação de negócios, a qual pressupõe uma aquisição de ativo não detido pela Companhia para viabilizar o desenvolvimento de um novo negócio.

15 Imobilizado

	Controladora					
	Terrenos	Instalações, móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Obras em andamento	Outros
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.704	67.328	406.513	31.812	28.363	2
Aquisições	-	2.537	12.573	4.774	9.741	-
Baixas	-	(3)	(453)	(360)	-	-
Transferências	-	-	1.445	35.186	(36.631)	-
Depreciação	-	(6.928)	(40.189)	(6.738)	-	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.704	62.934	379.889	64.674	1.473	1
Aquisições	-	8	2.194	-	383	-
Baixas	-	(2)	(931)	(9.876)	-	-
Transferências	-	-	-	1.856	(1.856)	-
Depreciação	-	(6.993)	(41.620)	(7.798)	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.704	55.947	339.532	48.856	-	1
Saldos em 31 de dezembro de 2016:						
Custo total	5.754	113.927	542.124	30.654	66.465	88
Baixas	(50)	(818)	(2.609)	(371)	(4.952)	(1)
Transferências	-	(1.045)	2.048	58.983	(60.040)	54
Depreciação acumulada	-	(49.130)	(161.674)	(24.592)	-	(140)
Valor residual	5.704	62.934	379.889	64.674	1.473	1
Saldos em 31 de dezembro de 2017:						
Custo total	5.754	113.935	544.318	30.654	66.848	88
Baixas	(50)	(820)	(3.540)	(10.247)	(4.952)	(1)
Transferências	-	(1.045)	2.048	60.839	(61.896)	54
Depreciação acumulada	-	(56.123)	(203.294)	(32.390)	-	(140)
Valor residual	5.704	55.947	339.532	48.856	-	1
Taxa média anual de depreciação	-	10,08%	11,17%	10%	-	Indefinida

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

	Consolidado								
	Terrenos	Instalações e móveis e utensílios	Máquinas e equipamentos de informática	Benfeitorias em imóveis de terceiros	Bens para locação	Obras em andamento	Veículos	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	5.704	74.420	420.761	23.434	459	39.387	1.458	342	565.965
Aquisições	-	2.858	10.969	5.370	35	10.391	-	589	30.212
Baixas	-	(80)	(527)	(360)	-	-	-	-	(967)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(8)	(115)	(185)	-	-	-	-	(308)
Transferências	-	626	1.441	35.187	-	(37.254)	-	-	-
Depreciação	-	(7.623)	(40.572)	(6.714)	(371)	-	(1.170)	(162)	(56.612)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	5.704	70.193	391.957	56.732	123	12.524	288	769	538.290
Aquisições	-	340	2.517	564	-	482	-	-	3.903
Baixas	-	(2)	(524)	(9.394)	(15)	-	(57)	-	(9.992)
Transferências	-	(216)	1.224	2.049	-	(1.926)	-	(1.125)	6
Depreciação	-	(8.199)	(45.398)	(8.917)	(77)	-	(128)	356	(62.363)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	5.704	62.116	349.776	41.034	31	11.080	103	-	469.844
Saldos em 31 de dezembro de 2016:									
Custo total	5.754	126.580	563.957	22.703	27.397	87.256	7.183	1.131	841.961
Baixas	(50)	(1.061)	(2.705)	(5.573)	(2.306)	(6.179)	-	(1)	(17.875)
Baixas na venda de empresas controladas	-	(374)	(1.272)	(229)	-	-	-	-	(1.875)
Transferências	-	(3.033)	2.377	66.875	2.306	(68.553)	-	28	-
Depreciação acumulada	-	(51.919)	(170.400)	(27.044)	(27.274)	-	(6.895)	(389)	(283.921)
Valor residual	5.704	70.193	391.957	56.732	123	12.524	288	769	538.290
Saldos em 31 de dezembro de 2017:									
Custo total	5.754	126.920	566.474	23.267	27.397	87.738	7.183	1.131	845.864
Baixas	(50)	(1.437)	(4.501)	(15.196)	(2.321)	(6.179)	(57)	(1)	(29.742)
Transferências	-	(3.249)	3.601	68.924	2.306	(70.479)	-	(1.097)	6
Depreciação acumulada	-	(60.118)	(215.798)	(35.961)	(27.351)	-	(7.023)	(33)	(346.284)
Valor residual	5.704	62.116	349.776	41.034	31	11.080	103	-	469.844
Taxa média anual de depreciação	-	10,08%	11,17%	10%	33%	-	20%	Indefinida	

16 Intangível

	Controladora						
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de <i>web sites</i> e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	81.439	19.681	12.870	2.056.444	12.217	953	2.183.604
Adições	-	12.549	-	409.820	-	2	422.371
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(4.653)	(1.320)	(220.901)	(4.072)	-	(230.946)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	81.439	27.577	11.550	2.245.363	8.145	955	2.375.029
Adições	-	64.618	-	311.060	-	-	375.678
Baixas	-	-	-	-	-	-	-
Amortização	-	(13.940)	(1.320)	(251.184)	(4.072)	-	(270.516)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	81.439	78.255	10.230	2.305.239	4.073	955	2.480.191
Saldos em 31 de dezembro de 2016:							
Custo total	136.912	113.442	16.500	2.953.903	21.060	955	3.242.772
Amortização acumulada	(55.473)	(85.865)	(4.950)	(708.540)	(12.915)	-	(867.743)
Valor residual	81.439	27.577	11.550	2.245.363	8.145	955	2.375.029
Saldos em 31 de dezembro de 2017:							
Custo total	136.912	178.060	16.500	3.264.963	21.060	955	3.618.450
Amortização acumulada	(55.473)	(99.805)	(6.270)	(959.724)	(16.987)	-	(1.138.259)
Valor residual	81.439	78.255	10.230	2.305.239	4.073	955	2.480.191
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida	

B2W Companhia Digital
Demonstrações contábeis em
31 de dezembro de 2017 e relatório sobre a
revisão de demonstrações contábeis

							Consolidado
	Ágio em aquisições de investimentos	Direito de uso de software	Direito Uso de Lavra	Desenvolvimento de web sites e sistemas	Licença de uso da marca BLOCKBUSTER Online	Outros	Total
Saldos em 1º de janeiro de 2016	548.806	44.773	12.870	2.058.606	12.217	5.508	2.682.780
Adições	-	18.332	-	407.850	-	4.771	430.953
Baixas na venda de empresas controladas	-	(16)	-	-	-	-	(16)
Amortização	-	(9.814)	(1.320)	(219.908)	(4.072)	(117)	(235.231)
Ágio - Sieve Group	4.581	-	-	-	-	-	4.581
Mais valia - Smart	(123)	-	-	-	-	-	(123)
Ágio - BFF Logística	3	-	-	-	-	-	3
Ágio - Myboo	3.052	-	-	-	-	-	3.052
Mais valia - Ideais	(889)	-	-	-	-	-	(889)
							-
Saldos em 31 de dezembro de 2016	555.430	53.275	11.550	2.246.548	8.145	10.162	2.885.110
Adições	-	64.975	-	311.061	-	1	376.037
Baixas	-	(26)	-	-	-	-	(26)
Transferências	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Amortização	-	(15.309)	(1.320)	(251.664)	(4.072)	(700)	(273.065)
Mais valia - BIT Services	(889)	-	-	-	-	-	(889)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	554.541	102.909	10.230	2.305.945	4.073	9.463	2.987.161
Saldos em 31 de dezembro de 2016:							
Custo total	616.741	224.477	16.500	3.017.575	21.060	12.259	3.908.612
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.669)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91.188)
Amortização acumulada	(58.760)	(132.533)	(4.950)	(722.075)	(12.915)	(1.081)	(932.314)
Valor residual	555.430	53.275	11.550	2.246.548	8.145	10.162	2.885.110
Saldos em 31 de dezembro de 2017:							
Custo total	615.852	289.452	16.500	3.328.636	21.060	12.260	4.283.760
Baixas na venda de empresas controladas	(2.551)	(38.695)	-	(48.952)	-	(1.016)	(91.214)
Transferências	-	(6)	-	-	-	-	(6)
Amortização acumulada	(58.760)	(147.842)	(6.270)	(973.739)	(16.987)	(1.781)	(1.205.379)
Valor residual	554.541	102.909	10.230	2.305.945	4.073	9.463	2.987.161
Taxa média anual de amortização	Indefinida	20%	8%	8,60%	5,26%	Indefinida	

As adições no exercício referem-se substancialmente a gastos com desenvolvimento de *web sites* e sistemas.

(a) Ágios em aquisições de investimentos

A Companhia avalia o ágio anualmente para verificar prováveis perdas (*impairment*), sendo a última avaliação efetuada no exercício de 31 de dezembro de 2017. Estes ágios são apurados em aquisições de investimentos e incorporações, decorrentes da expectativa de rentabilidade futura, com base em projeções de resultados futuros para um período de 10 anos utilizando uma única taxa de desconto de 12% para descontar os fluxos de caixa futuros estimados.

Os saldos de ágios apurados nas aquisições das participações societárias estão suportados por estudos técnicos com sustentação na expectativa de rentabilidade futura e a companhia monitorou as premissas utilizadas e não identificou indicativos de perda ou necessidade de nova avaliação em 31 de dezembro de 2017.

	Controladora				Consolidado			
	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016	31 de dezembro de 2017			31 de dezembro de 2016
	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido	Custo	Amortização acumulada	Líquido	Líquido
Ágio em aquisições de investimentos								
TV Sky Shop	136.912	(55.473)	81.439	81.439	136.912	(55.473)	81.439	81.439
BIT Services	-			-	263.219	(4.587)	258.632	259.521
Mesaexpress	-			-	310	(307)	3	3
Click Rodo	-			-	19.426		19.426	19.426
Direct	-			-	195.038		195.038	195.038
BFF Logística	-			-	3		3	3
	136.912	(55.473)	81.439	81.439	614.908	(60.367)	554.541	555.430

(b) Desenvolvimento de Websites e sistemas/Direitos de Uso de Software

Representam gastos com plataforma e-commerce (desenvolvimento de Infraestrutura tecnológica, conteúdo, aplicativos e layout gráfico dos sites), gastos com implantação de sistema ERP e desenvolvimento de sistemas próprios, sendo amortizados de forma linear considerando-se o prazo estipulado de utilização e benefícios auferidos.

Segundo sua trajetória de inovação, a B2W continua investindo em novas funcionalidades com o objetivo, principalmente, de melhorar a experiência de compra, aumentar a taxa de conversão e reforçar o posicionamento das marcas, além de implementar novas funcionalidades operacionais da Companhia. Dentre os projetos recém-lançados destacam-se:

- Novo Shoptime: site com novo layout e mais otimizado para desktop e mobile;
- Store in store pet love: maior pet shop online do Brasil;
- Visualização de produtos no ato do pagamento: clientes podem visualizar quais produtos estão comprando, evitando evasão do fluxo e abandono de compra;
- Portal de seguros e serviços: instalação de ar-condicionado, seguro de roubo e furto para dispositivos móveis, plano de saúde PET, Garantia Estendida;

- *Store in Store* Centauro Submarino: *Marketplace* de produtos esportivos, Produtos exclusivos Centauro e experiência customizada de navegação;
- Media Center Shoptime: Experiência da TV na web, ao vivo e últimos vistos na TV;
- Cartão Sou Barato: plataforma para pedidos do cartão otimizada para desktop e mobile (responsivo);
- Avaliação Marketplace - Americanas.com: clientes podem avaliar a experiência de compra em *marketplace* ajudando na decisão de compra do cliente;
- Plataforma de Seguros - Shoptime: recomendação de seguros durante o fluxo de compra do site e piloto com venda de seguro roubo e furto de celulares (quebra, perda ou roubo de celular);
- TV Shoptime no APP: programação da TV no bolso.

A Companhia utilizou as mesmas premissas no item (a) acima para o teste de *impairment* do ativo intangível e não identificou necessidade de provisão para perdas.

(c) Juros de empréstimos capitalizados

Os valores dos juros de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 2016 foram de R\$ 65.000 e R\$ 80.120, respectivamente. A taxa adotada para apuração dos custos de captação de empréstimos elegíveis para capitalização foi de aproximadamente 114% do CDI em 31 de dezembro de 2017 (135% do CDI em 31 de dezembro de 2016), correspondente à média ponderada dos empréstimos tomados pela Companhia.

(d) Direito de uso de lavra

A Companhia readquiriu da LASA o montante de R\$ 16.500 referente à utilização da lavra em meios de telecomunicação (internet, tele vendas, entre outros), oriundo da finalização da parceria entre LASA e a Itaú Unibanco Holding S.A e registrou o referido montante como ativo intangível.

17 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores de mercadorias, suprlmentos e outros	1.903.438	2.340.202	2.093.172	2.481.190
Acordos Comerciais	(315.466)	(334.390)	(315.466)	(334.390)
Ajuste a valor presente (nota 2.15)	(11.125)	(38.840)	(11.125)	(38.840)
	1.576.847	1.966.972	1.766.581	2.107.960

Os acordos comerciais são recebíveis, definidos em contratos de parceria firmados com os fornecedores. Nas operações financeiras em que o acordo comercial prevê, as liquidações se realizam por ocasião do pagamento das faturas, aos fornecedores, pelo montante líquido.

18 Empréstimos e financiamentos

(a) Composição

Objeto	Encargos anuais	Vencimento	Controladora		Consolidado	
			2017	2016	2017	2016
Em moeda nacional						
Capital de giro	111,0% CDI a 139,0% CDI	23.11.2020	3.961.875	1.588.896	3.982.029	1.629.349
BNDES (i)	TJLP a TJLP + 3,3% a.a.	15.09.2022	272.474	359.754	272.474	359.754
BNDES (i)	SELIC + 2,9% a.a.	15.09.2022	390.387	435.626	390.387	435.626
BNDES (i)	6% a.a.	15.09.2021	13.824	18.181	13.824	18.181
FINEP (v)	4% a.a.	15.12.2020	170.134	226.844	170.134	226.844
FINEP (v)	TJLP + 3,3% a.a	15.05.2024	43.238	-	43.238	-
Quotas FIDC (iv)	108,9% a 157,0% do CDI	20.06.2018	216.292	523.805	216.292	525.856
Em moeda estrangeira (iii)						
Capital de giro (ii)	US\$ + 3,5294% a 7,47% a.a.	12.11.2019	918.043	741.025	965.009	786.430
Operações de swap (ii)	121,5% CDI a 139,0% CDI	12.11.2019	63.537	113.197	63.373	114.980
Custo com captações (IOF e outras)			(74.996)	(31.603)	(74.996)	(31.603)
			5.974.808	3.975.725	6.041.764	4.065.417
Parcela do circulante			1.496.737	448.165	1.563.693	526.129
Parcela do não circulante			4.478.071	3.527.560	4.478.071	3.539.288

- (i) Financiamentos do BNDES relacionados ao programa FINEM (investimentos em tecnologia da informação, implantação de centro de distribuição, aquisição de máquinas e equipamentos e investimentos em projeto social), PEC (Capital de Giro), BNDES Automático e "Cidadão conectado - Computador para todos".
- (ii) As operações em moedas estrangeiras encontram-se protegidas contra oscilações de câmbio, por intermédio de instrumentos financeiros derivativos de swap (nota 4).
- (iii) Captação consoante a Resolução nº 2.770 do Banco Central do Brasil (BACEN).
- (iv) Representa o saldo das quotas sênior e subordinadas mezanino emitidas pelo FIDC (nota 8(a)).
- (v) Financiamentos da FINEP com o objetivo de investir em projetos de pesquisa e desenvolvimento de inovações tecnológicas.

(b) Empréstimos e financiamentos não circulante por ano de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
2018	-	1.778.898	-	1.790.626
2019	965.471	1.011.878	965.471	1.011.878
2020	2.440.018	563.057	2.440.018	563.057
2021	794.001	112.094	794.001	112.094
2022	266.742	61.633	266.742	61.633
2023	8.359	-	8.359	-
2024	3.480	-	3.480	-
	4.478.071	3.527.560	4.478.071	3.539.288

(c) Garantias

Os empréstimos e financiamentos na controladora e no consolidado estão garantidos por cartas de fiança no valor de R\$ 847.185.

(d) Linhas de crédito disponíveis

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam linhas de crédito com diversas instituições, a fim de utilizá-las nos momentos necessários para conduzir o crescimento orgânico da Companhia.

A Companhia e suas controladas estão sujeitas a determinadas cláusulas restritivas de dívida (*Debt Covenants* e *Cross Default*) constantes dos contratos de empréstimos e financiamentos. Essas cláusulas incluem, entre outras, a manutenção de certos índices financeiros, calculados com base nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas divulgadas pela Administração. Em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016 todos os índices estavam atendidos.

19 Debêntures

(a) Composição (Controladora e Consolidado)

	Data de emissão	Vencimento (i)	Tipo de emissão	Títulos em circulação	Valor na data de emissão	Encargos financeiros anuais	31 de dezembro de 2017	31 de dezembro de 2016
1ª Emissão privada	22.12.2010	22.12.2022	Privada	200.000	1.000	125,0% CDI	200.265	200.762

- (i) Em 10/11/2016, em Assembleia Geral de Debenturistas, por deliberação do único debenturista, foi aprovada a celebração do aditamento à Escritura de Emissão (“Aditamento”) com o propósito de: (a) alterar a data de vencimento para 22/12/2022; (b) Alterar a taxa de remuneração que passa a ser de 125% da Taxa DI; (c) Alterar a escritura de emissão de forma a autorizar o resgate antecipado facultativo; e (d) excluir a obrigação de a Companhia observar o índice financeiro Dívida Líquida Consolidada / EBITDA Adaptado menor ou igual 3,5x. Não houve mudança substancial aos termos iniciais deste instrumento de dívida.

(b) Movimentação

	1ª Emissão
	Privada
Em 1º de janeiro de 2016	200.728
Amortização de juros	(31.939)
Encargos financeiros	31.973
Em 31 de dezembro de 2016	200.762
Amortização de juros	(25.243)
Encargos financeiros	24.746
Em 31 de dezembro de 2017	200.265

(c) Informações sobre as emissões de debêntures:

A seguir são apresentadas as descrições das debêntures emitidas e que estão em vigor em 31 de dezembro de 2017.

Natureza	1ª emissão privada
Data de emissão	22.12.2010
Data de vencimento	22.12.2022
Quantidade emitida	200
Valor unitário	R\$ 1.000
Encargos financeiros anuais	125,0% DI
Conversibilidade	Simplex, não conversíveis em ações
Tipo e forma	Nominativas e escriturais
Amortização do valor unitário	Integral na data do vencimento
Pagamento dos juros remuneratórios	22 de dezembro de cada ano (2011 a 2022)
Garantias	Não possui
Repactuação	Permitida, desde que de comum acordo entre emissora e debenturista

20 Contas a pagar - Combinação de Negócios

Com o objetivo de expansão dos negócios e de acordo com o plano estratégico, a Companhia vem adquirindo empresas com operações ligadas a serviços digitais. Entre 2013 e 2015 a Companhia adquiriu 19 empresas que atuam nas áreas de desenvolvimento de sistemas, operações e serviços de comércio eletrônico, consultoria em inteligência de clientes e produtos, além de 2 das principais transportadoras especializadas em e-commerce do Brasil. Em 31 de dezembro de 2017 o saldo a pagar referente a aquisições destas empresas é de R\$ 12.363 (controladora) e R\$28.329 (consolidado).

Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
BIT Services	12.363	12.555	13.014	33.509
Click Rodo	-	-	4.966	1.554
Outras	-	-	1.193	1.166
	12.363	12.555	19.173	36.229

Não Circulante

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
BIT Services	-	11.250	8.184	19.898
Click Rodo	-	-	-	4.539
Outras	-	-	972	2.958
	-	11.250	9.156	27.395

21 Tributos a recolher

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)	26.546	47.521	32.165	53.417
Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF)	5.138	448	5.279	677
Imposto sobre Serviços (ISS)	1.560	950	2.071	1.440
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento de Seguridade Social (COFINS)	-	-	5.859	8.181
Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)	-	-	946	1.508
Outros	2.318	921	4.844	3.177
	35.562	49.840	51.164	68.400

22 Provisão para contingências

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais envolvendo questões fiscais, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. A Administração possui um sistema de monitoramento de suas ações judiciais e

administrativas conduzido por departamento jurídico interno e por advogados externos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base nas experiências anteriores referentes às quantias reivindicadas, constituiu provisão, em montante julgado suficiente, para cobrir as perdas potenciais com as ações em curso. Determinadas ações judiciais estão garantidas por cartas de fiança.

(a) Depósitos Judiciais

Quando requeridos legalmente, são efetuados depósitos judiciais, os quais totalizam:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Depósitos Judiciais	37.168	17.550	37.211	17.707

Movimentação

	Controladora	Consolidado
Em 1º de janeiro de 2016	18.807	19.163
Adições	19.415	19.415
Reversão	(20.672)	(20.871)
Em 31 de dezembro de 2016	17.550	17.707
Adições	34.471	34.471
Reversão	(14.853)	(14.967)
Em 31 de dezembro de 2017	37.168	37.211

(b) Provisões constituídas

	Consolidado	
	2017	2016
Fiscais	41.585	41.092
Trabalhistas	82.451	79.305
Cíveis	65.225	58.815
	189.261	179.212

Fiscais

Referem-se substancialmente, a processo por auto de infração lavrado para cobrança de suposto débito de ICMS.

Trabalhistas

A Companhia e suas controladas também são parte em ações judiciais de natureza trabalhista. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos, e as discussões envolvem principalmente reclamações de horas-extras entre outras.

Cíveis

A Companhia é parte, juntamente com suas controladas, em ações judiciais decorrentes do curso ordinário de suas operações e de suas controladas, principalmente relacionada a consumidores, que representavam, em 31 de dezembro de 2017, o montante indicado como passivo contingente referente a essas questões. Nenhuma dessas ações se refere a valores individualmente significativos.

Movimentação da provisão para contingências:

	Consolidado			
	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2016	40.188	119.353	54.270	213.811
Adições	8.006	-	8.786	16.792
Reversão	(7.102)	-	(4.241)	(11.343)
Alocação Mais Valia - Direct	-	(40.048)	-	(40.048)
Saldos em 31 de dezembro de 2016	41.092	79.305	58.815	179.212
Adições	8.489	3.146	11.729	23.364
Reversão	(7.996)	-	(5.319)	(13.315)
Saldos em 31 de dezembro de 2017	41.585	82.451	65.225	189.261

(c) Passivos contingentes não provisionados

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possui demandas administrativas e judiciais de natureza fiscal, cível e trabalhista classificados pelos assessores jurídicos como “perdas possíveis” e, por esse motivo, nenhuma provisão foi constituída. O montante aproximado dos processos é de R\$ 649.466, controladora (R\$ 363.453 em 31 de dezembro de 2016) e R\$ 778.678 consolidado (R\$ 411.885 em 31 de dezembro de 2016).

Dentre as principais ações de natureza tributárias classificadas como “perdas possíveis”, destacamos:

(i) o auto de infração lavrado para a cobrança de débito de IRPJ e CSLL decorrente de aproveitamento supostamente indevido de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL, uma vez que não observado o limite de 30% para realização da compensação, no valor aproximado de R\$ 66.242; (ii) auto de infração exige o ICMS-ST e multa por estocagem de mercadoria adquirida de fornecedor, supostamente, inidôneo, no valor aproximado de R\$ 127.599; e (iii) o auto de infração decorrente da atribuição da responsabilidade pelo pagamento de multa, no valor aproximado de R\$ 198.411.

A Companhia possui posicionamento fiscal para tributos federais, fundamentado pelos assessores jurídicos, classificados como “perdas possíveis, com viés de remoto”, no montante de R\$ 556.413 (R\$ 272.817 em 31 de dezembro de 2016).

23 Receita Antecipada

A B2W firmou em 18 de outubro de 2013, Contrato de Acordo Comercial Seguro de Garantia Estendida com a seguradora CARDIF do Brasil Seguros e Garantias S.A., com interveniência da TRR Securitas Corretora de Seguros Ltda., e da Panamericano Administração e Corretagem de Seguros e de Previdência Privada LTDA., pelo prazo de até 5 anos, com o objetivo de explorar a oferta de Garantia Estendida, das compras realizadas pelos clientes através dos canais de venda da Companhia.

Por conta desse contrato, a B2W recebeu a título de receita antecipada a importância de R\$ 35.000 que está sendo apropriado ao resultado mediante cumprimento de metas.

Os valores recebidos e ainda não apropriados estão contabilizados, no passivo, nas rubricas “Outros passivos circulantes” e “Outros passivos não circulantes”.

Adiantamento recebido	35.000
Apropriado no exercício de 2013	(17.285)
Apropriado no exercício de 2014	(2.484)
Apropriado no exercício de 2015	(2.566)
Apropriado no exercício de 2016	(2.292)
Apropriado no exercício de 2017	(1.616)
A apropriar	8.757
Parcela do não circulante	6.268
Parcela do circulante	2.489

24 Patrimônio líquido

(a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017, o capital social é representado por 453.723.681 ações ordinárias, nominativas e escriturais, sem valor nominal (342.463.558 ações, em 31 de dezembro de 2016).

Conforme Assembleia Geral Extraordinária realizada em 25 de março de 2017, foi autorizado o aumento do capital social da Companhia em R\$ 1.210.000.000,00 mediante a emissão privada de 110.000.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 11,00 por ação. A controladora Lojas Americanas subscreveu o total de 68.378.511 ações ordinárias e os não controladores subscreveram o total de 1.141.621.489 ações ordinárias.

A homologação do capital social ocorreu em 24 de maio de 2017, conforme Ata de Reunião do Conselho da Administração.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de setembro de 2017, foram aprovadas e subscritas 1.063.714 ações (no valor de R\$ 14.257.385,92) por força do exercício das opções de compra de ação concedidas nos termos do Plano de ações aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011, sendo 921.974 ações (no valor de R\$ 9.526.385,92) por capitalização de reservas.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 29 de dezembro de 2017, foram aprovadas e subscritas 196.409 ações (no valor de R\$ 1.852.944,84) por força do exercício das opções de compra de ação concedidas nos termos do Plano de ações aprovado pela Assembleia Geral de 31 de agosto de 2011.

A composição acionária do capital da Companhia em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro 2016 é como segue:

	<u>2017</u>	<u>2016</u>
Lojas Americanas S.A	281.261.673	212.883.162
Macquarie Group Limited	25.332.805	18.916.805
Fidelity Investments	27.100.144	-
Administradores	6.363.928	5.997.059
Outros acionistas ("free floating")	113.665.131	104.666.532
	<u>453.723.681</u>	<u>342.463.558</u>
Lojas Americanas S.A.	61,99%	62,16%
Não controladores	38,01%	37,84%

(b) Movimentação das ações do capital

Quantidade de ações escriturais, sem valor nominal.

	<u>Ordinárias nominativas</u>
Em 31 de dezembro de 2016	<u>342.463.558</u>
Subscrição Privada	110.000.000
Subscrição de ações através de Plano de Ação	1.260.123
Em 31 de dezembro de 2017	<u><u>453.723.681</u></u>

(c) Reserva legal

A reserva legal é constituída anualmente como destinação de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital.

25 Pagamento baseado em ações

Os custos de remuneração provenientes do Plano de pagamento baseado em ações da para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$ 28.134 (R\$ 11.236 em 31 de dezembro de 2016). Os custos de remuneração têm como contrapartida o registro no patrimônio líquido em reserva de capital - reserva de opções outorgadas reconhecidas, uma vez que as opções, quando exercidas, são liquidadas através da emissão de novas ações ou utilização de ações mantidas em tesouraria. O custo de remuneração corresponde ao valor justo do Plano B2W, calculado na data da outorga, registrado durante o período de prestação de serviços que se inicia na data da outorga até a data em que o beneficiário adquire o direito ao exercício da opção.

Os custos de remuneração do Plano a serem reconhecidos pela Companhia pelo prazo remanescente (período de prestação de serviços a ocorrer) com base nas premissas utilizadas totalizam aproximadamente R\$ 38.881 em 31 de dezembro de 2017 (R\$ 28.538 em 31 de dezembro de 2016).

Com base na composição acionária do capital social em 31 de dezembro de 2017, o percentual máximo

de diluição de participação a que eventualmente serão submetidos os atuais acionistas da Companhia em caso de exercício de todas as opções outorgadas é inferior a 1%.

Planos	2016	2015	2015	2015	2014	2013
Data Reunião Comitê de Administração do Plano	30/06/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015	11/03/2014	10/07/2013
Quantidade de Ações PN Outorgados	2.845.194	476.807	177.474	1.357.147	1.285.208	2.462.847
Prazo Inicial para o Exercício da Outorga	Abril 2016	Julho 2015	Julho 2015	Abril 2015	Setembro 2014	Novembro 2013
Prazo Final para o Exercício da Outorga	Março 2021	Junho 2020	Junho 2020	Março 2020	Julho 2019	Setembro 2018
Valor de Subscrição da Ação da Data da Outorga	8,46	11,87	17,37	18,41	20,49	6,70
Valor de Mercado da Ação na Data da Outorga	9,40	25,82	25,82	20,46	22,77	7,44
Valor do Benefício	0,94	13,95	8,45	2,05	2,28	0,74
Número de Ações estimadas pela Companhia a serem emitidas e mantidas após o período de <i>Vesting</i>	1.422.597	238.404	88.737	678.574	642.604	1.231.424
Data da Outorga	30/06/2016	11/06/2015	11/06/2015	10/03/2015	11/03/2014	10/07/2013
Período de <i>Vesting</i>	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses	60 Meses

26 Receita de vendas e serviços

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta com vendas	7.332.929	9.734.629	7.864.243	9.915.919
Receita bruta com serviços	627.187	586.478	1.245.012	1.371.754
(-) Devoluções e descontos	(317.802)	(738.266)	(345.683)	(767.238)
(-) Impostos sobre vendas/serviços	(1.392.792)	(1.681.002)	(1.642.795)	(1.919.124)
Receita Líquida	6.249.522	7.901.839	7.120.777	8.601.311

27 Despesas por natureza

A Companhia optou por apresentar suas demonstrações dos resultados dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 por função e apresenta, a seguir, o detalhamento por natureza:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Vendas				
Pessoal	(252.260)	(537.734)	(280.500)	(546.904)
Ocupação	(99.877)	(128.843)	(113.082)	(155.030)
Suprimentos	(21.430)	(32.795)	(23.495)	(44.127)
Tarifas e comissões	(147.689)	(84.266)	(147.689)	(85.473)
Distribuição	(241.459)	(426.389)	(34.002)	(62.827)
Outras (a)	(222.921)	(27.879)	(242.543)	(48.615)
	(985.636)	(1.237.906)	(841.311)	(942.976)
Gerais e administrativas				
Pessoal	(22.541)	(34.124)	(41.451)	(54.417)
Ocupação	(7.559)	(3.553)	(11.546)	(4.589)
Honorários da Administração	(11.035)	(11.023)	(11.035)	(11.341)
Depreciação e amortização	(326.927)	(284.802)	(332.480)	(291.843)
Outras (b)	(13.159)	(5.026)	(40.483)	(10.560)
	(381.221)	(338.528)	(436.995)	(372.750)
Outras receitas (despesas) operacionais	(44.538)	(32.962)	(39.738)	(35.325)

- (a) Referem-se, principalmente, a mídia *on* e *offline* e serviços terceirizados de atendimento a clientes.
(b) Referem-se, principalmente, a honorários advocatícios, serviços de assessoria e consultoria e indenizações judiciais.

28 Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Juros e variação monetária sobre títulos e valores mobiliários	181.880	161.224	206.602	190.027
Descontos financeiros obtidos	28.630	9.004	40.013	17.193
Ajuste a valor presente de contas a receber	222.515	264.431	222.515	264.431
Outras receitas financeiras	31.662	9.371	31.831	9.437
Total receita financeira	464.687	444.030	500.961	481.088
Juros, variação monetária dos financiamentos e antecipação dos recebíveis	(891.104)	(917.114)	(913.194)	(947.507)
Ajuste a valor presente de fornecedores	(178.106)	(278.452)	(178.106)	(278.452)
Descontos condicionais concedidos	(236.855)	(274.765)	(265.974)	(315.278)
Outras despesas financeiras	(12.043)	(14.640)	(12.228)	(24.129)
Total despesa financeira	(1.318.108)	(1.484.971)	(1.369.502)	(1.565.366)
Resultado financeiro líquido	(853.421)	(1.040.941)	(868.541)	(1.084.278)

29 Prejuízo por ação

O prejuízo básico por ação é computado pela divisão do prejuízo pela quantidade média ponderada das ações ordinárias em circulação no exercício de 2017. O cálculo do prejuízo por ação básico encontra-se divulgado a seguir:

	Controladora	
	2017	2016
Numerador		
Prejuízo do exercício	(411.450)	(485.860)
Denominador (em milhares de ações) básico		
Média ponderada de número de ações em circulação	409.338	292.393
Prejuízo líquido por ação básico	(1,0052)	(1,6617)
Denominador (em milhares de ações) diluído		
Média ponderada de número de ações em circulação	417.283	300.338
Prejuízo líquido por ação diluído	(0,9860)	(1,6177)

30 Cobertura de seguros

A Companhia e suas controladas mantêm apólices de seguros contratados junto a algumas das principais seguradoras do país, que foram definidas por orientação de especialistas e levam em consideração a natureza e o valor de risco envolvido.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia e suas controladas possuíam cobertura de seguros na modalidade de responsabilidade civil, seguro patrimonial e estoque, conforme demonstrado abaixo:

	Importância segurada
Danos Materiais	1.380.459
Responsabilidade Civil Geral e executivos	90.000
Perdas e Danos	1.858
Outros	319.174

31 Compromissos - Contratos de locação

A Companhia mantém Instrumento Particular de Contrato de Locação de Imóvel Comercial e Outras Avenças para todos os seus Centros de Distribuição.

O aluguel é atualizado mensalmente com base na média aritmética dos índices IGP-M e IPC-A (em 31 de dezembro de 2017 o valor do aluguel mensal era de R\$ 10.431).

A Companhia incorreu, no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 em despesas de aluguéis e outras relacionadas aos CDs o montante de R\$ 100.633 (R\$ 121.952 exercício findo em 31 de dezembro de 2016).

A Companhia analisou os referidos contratos e concluiu que estes se enquadram na classificação de arrendamento mercantil operacional. Os compromissos futuros oriundos destes contratos de locação dos CD's em uso, a valores de 31 de dezembro, são assim distribuídos:

	<u>2018</u>	<u>2019</u>	<u>2020</u>	<u>2021</u>	<u>2022 em diante</u>
Aluguéis	79.826	76.537	65.806	60.509	147.495

32 Remuneração dos empregados e administradores

(a) Remuneração dos administradores

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o Estatuto Social da Companhia, é de responsabilidade dos acionistas, em Assembleia Geral, fixar o montante global da remuneração anual dos administradores. Cabe ao Conselho de Administração efetuar a distribuição da verba entre os administradores. Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 30 de abril de 2012, foi fixado o limite de remuneração global mensal dos Administradores (Conselho de Administração e Diretoria) da Companhia.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2017 e 2016, a remuneração total (salários, bônus e pagamento baseado em ações) dos conselheiros, dos diretores e dos principais executivos da Companhia foi de 30.398 e R\$ 26.009 respectivamente (30.398 e R\$ 26.009 no consolidado), remunerações estas dentro dos limites aprovados em correspondentes Assembleias de Acionistas.

A Companhia e suas controladas não concedem benefícios pós-empregos, benefícios de rescisão de contrato de trabalho ou outros benefícios de longo prazo para a Administração e seus empregados (exceto pelo plano de opção de compra de ações descrito na nota 25).

* * *